

vwogas@redgazeta.com.br Tel: 3321-8319

PRAÇA OITO

Vitor Vogas



Do governador PH, na última sexta-feira: "Sou um homem de sorte: me casei com a mulher certa, nasci no Estado certo e toda vez que me candidato escolho o vice certo: Lelo, Ricardo e Colnago".

Como chutar a transparência em sete passos

Na última quarta-feira, A GAZETA noticiou: em maio, o MPES denunciou cinco deputados ou ex-deputados por supostamente manterem funcionários fantasmas na Assembleia, desde 2008. A lista inclui até o atual presidente, Theodorico Ferro. Ele e os demais argumentam o mesmo: não teriam agido fora das regras.

A questão é que, ao longo dos últimos anos, a Casa tem colocado em prática um temerário processo de afrouxamento das normas de controle das atividades dos assessores de gabinete. Os atos da Mesa Diretora, levantados pela coluna, não deixam a menor dúvida. Confira, em sete passos, como chutar para escanteio a transparência exigida de todo Poder:

1. Resolução 1905/1998

Editada em 1998, a resolução vigorou até 2011 e definia claramente as atribuições específicas dos até 18 comissionados que podem ser nomeados em cada gabinete. No caso de muitos cargos, as atribuições se limitavam expressamente a atividades administrativas e internas.

2. Resolução 2890/2011

Em janeiro de 2011, a Casa publica a resolução conhecida como "reforma administrativa da Assembleia", prevendo a criação de "gabinetes externos", nas ba-



ses eleitorais dos deputados.

3. PR 032/2011

Para regular o funcionamento dos tais "gabinetes externos", o corpo técnico do Legislativo elabora o Projeto de Resolução 032/2011, estabelecendo um limite: a metade dos 18 assessores de cada gabinete poderia atuar externamente, desde que comprovassem os serviços realizados mediante relatórios diários, semanais e mensais. Em tese, era um projeto razoável, mas foi completamente desfigurado no passo seguinte:

4. Resolução 3123/2011

No apagar das luzes de 2011, a Casa publica a Resolução 3123/2011, em detrimento do projeto anterior, engavetado. Em vez de prever regras mais duras, o

novo texto começa a legalizar a moleza. Suprime a necessidade de indicação formal e precisa dos assessores que exerceriam "serviços externos", bem como a limitação do número de assessores dessa natureza e o controle das atividades efetivamente realizadas por cada um.

No lugar dessas restrições, institui que os 18 cargos de assessores podem ser indicados "para o exercício de atividades internas e externas" e "pressupõem o exercício de qualquer atribuição". Além disso, tais funções seriam desempenhadas "com relativa autonomia em todo o território estadual". Difícil ser mais vago.

5. PR 017/2012

Diante da aprovação da resolução acima, o MPES protesta junto à Assembleia. Externa à Mesa que as expressões ge-

néricas usadas ferem o próprio conceito de cargo público. Também alerta para o risco de que a ausência de detalhamento das atribuições de cada cargo e de fiscalização da carga horária dos servidores desse margem a funcionários fantasmas. Em setembro de 2012, já presidindo o Poder, Theodorico cria uma comissão encarregada de analisar e propor aperfeiçoamentos na estrutura da Casa. Os técnicos chegam a elaborar novo Projeto de Resolução (o 017/2012), com restrições muito maiores, assim como as do sepultado PR 032/2011, e o acréscimo de importante melhoria: os relatórios mensais de atividades deveriam ser publicados no Portal da Transparência.

6. Resolução 3366/2013

Como de praxe, contudo, os deputados voltam a sabotar a regulamentação dos "gabinetes externos" e fazem cortes radicais que desvirtuam o projeto da comissão. Em seu lugar, aprovam a Resolução 3366/2013, que mantém quase tudo como antes, mas pelo menos impõe um limite: até 8 dos 18 assessores poderiam atuar fora da sede do Legislativo.

7. Resolução 3994/2015

Em maio, a nova Mesa Diretora, ainda comandada por Theodorico, libera a farra de uma vez. Ignorando as recomendações do MP, escarneando da opinião pública e enterrando de vez a esperança de adoção de regras mais transparentes, aprova nova resolução, com amplo apoio do plenário, e libera todos os 18 assessores de gabinete de... trabalhar no gabinete.

Só para lembrar...

O deputado Marcelo Santos (PMDB) é um dos cinco processados pelo MPES por supostamente manter funcionários fantasmas ou em desvio de função. Só para lembrar, o inquérito da Operação Naufrágio, de 2008, relata ligação, interceptada pela Polícia Federal, do então juiz Frederico Schaidter Pimentel a Marcelo, pedindo ao parlamentar um cargo comissionado para certa moça. Ela chegou a trabalhar na Assembleia por três meses.

Apego a regalias

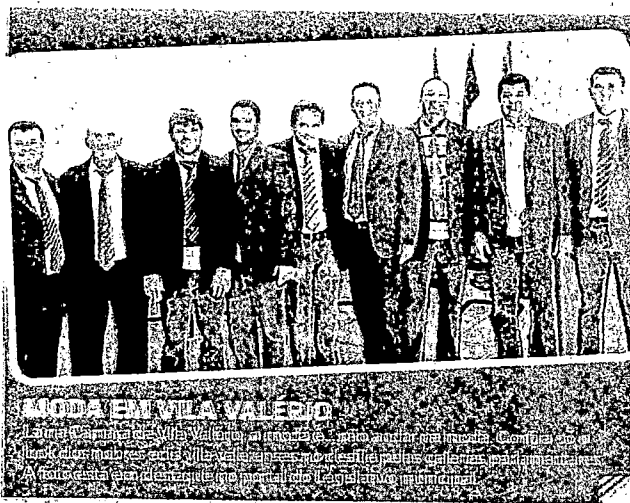
O líder do governo na Câmara da Serra, Luiz Carlos Moreira (PMDB), ainda não se conforma com o cancelamento do contrato de locação de um carro por gabinete e das cotas de combustível para os vereadores, medida tomada pela vereadora Neidia Pimentel (PSD), ao assumir a Presidência da Casa, no início do ano.

Incoerência de quem?

"É lógico que o veículo está fazendo falta. É incoerente ter assessores usando o próprio veículo (para visitar comunidades)", protesta Moreira. Nunca é demais lembrar que o ex-deputado estadual foi membro da tropa de choque de José Carlos Gratz na Assembleia Legislativa.

Brecha perigosa

Por falar na Câmara da Serra, a resolução recém-aprovada que liberou até



CENA POLÍTICA

Na cerimônia de reinício das obras da Leste-Oeste, o governador Paulo Hartung gozou do prefeito de Cariacica, Juninho, ao saudá-lo. Minutos antes, Juninho "roubou" o bordão de PH ao encerrar seu discurso: "Viva Cariacica! Viva o Espírito Santo!". Tomando a

palavra, Hartung não perdoou: "A nossa secretária da Fazenda, que cobra as dívidas do governo, vai mandar uma fatura para a sua residência. Não é dívida da prefeitura, mas de pessoa física, por direitos autorais. Esse negócio de 'viva' tem dono, meu filho".

dez dos 15 assessores de gabinete para trabalhar sem bater ponto reserva uma perigosa concessão: autoriza os "assessores internos", únicos teoricamente sujeitos ao ponto biométrico, a registrar presença manualmente em caso de problema no sistema, por esquecimento ou qualquer outro motivo. Assim fica fácil...

E os próprios?

O vereador Gideão Svensson (PR), único a votar contra o projeto, diz ter recebido vaias dos próprios servidores durante a votação. "Não querem bater ponto."

Batendo cabeça

Além disso, a liberação de até dez "assessores externos" contraria Termo de Ajustamento de Conduta firmado, em 2014, entre a Casa e o MPES. Mas é defendido, novamente, por Moreira. "É muito mais produtivo que esse vereador tenha assessores realizando ações externas sob orientação do gabinete do que vereadores batendo cabeça em ações internas. É questão de bom senso. Cinco no gabinete está bom demais. Os gabinetes não têm espaço e só um computador."

Mas então...

Se a justificativa para não bater ponto é não querer bater cabeça, não seria mais sensato reduzir o número total de assessores, como o TCEs já recomendou diversas vezes? A presidente, Neidia, pretende colocar a proposta em debate, em setembro. Promete dar pano para manga.

RODRIGO GAVINI - 12/12/2014



AUDIFAX disse que objetivo é reduzir burocracia para atrair empreendedor

Alvará na Serra será pela internet

Começa na terça-feira a valer serviço de emissão e renovação on-line do documento em até 24 horas pelo site da prefeitura

Lais Queiroz

Quem pretende abrir um novo negócio no município da Serra vai poder obter o Alvará de Licença e Funcionamento do local em até 24 horas, sem sair de casa, a partir da próxima terça-feira.

É o sistema Alvará Web que vai permitir, além da solicitação do documento, que todo o procedimento seja realizado pela internet, incluindo consulta de viabilidade, emissão do documento de arrecadação para pagamento de taxas, renovação do documento, dentre outros serviços.

O acesso será feito por meio do site da prefeitura, www.serra.es.gov.br, pelo link "Alvará Web". Para acessar, o empresário deverá utilizar a senha do sistema de nota fiscal eletrônico que já possui. Já para quem quer abrir um novo negócio e não tem a senha, deverá solicitar por meio do e-mail alvaraweb@serra.es.gov.br. A senha será liberada no mesmo dia da

solicitação, segundo a Secretaria da Fazenda do município (Sefa).

De acordo com o prefeito da Serra, Audifax Barcelos, o principal objetivo é desburocratizar o atendimento a mais de 10 mil empresas da cidade e aos novos empreendedores.

"O cidadão costumava perder o dia protocolando o serviço na Serra-Sede. Agora isso vai poder ser feito de casa, e, além da comodidade, vai melhorar o desenvolvimento econômico da cidade, já que a tendência é os empresários fixarem seus negócios na Serra por causa dessa facilidade", disse.

PDM ONLINE

Já está disponível no site da prefeitura o PDM Online, sistema no qual a população pode fazer consultas sobre a viabilidade de um local para receber empreendimentos na cidade, de acordo com as diretrizes do Plano Diretor Municipal.

Segundo a Sefa, além de consultar, em 15 dias será possível emitir o documento de certidão de viabilidade pelo sistema. A novidade foi feita em parceria com o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado (Sinduscon-ES).

"A consulta ao PDM e o alvará pela internet vão desburocratizar o processo ainda mais. Vai ser útil para todos", afirmou o presidente do Sinduscon-ES, Aristóteles Passos Costa Neto.

Procedimento completo pela web

Alvará Web

> **TUDO** o procedimento relacionado ao documento de Alvará de Licença e Funcionamento poderá ser feito pela internet, a partir de terça-feira.

> **QUEM** não possui a senha deve solicitar pelo e-mail alvaraweb@serra.es.gov.br.

PDM Online

> **ALÉM** DE CONSULTAS, em 15 dias o sistema passa a emitir a certidão de viabilidade do local. Para acessar é preciso fornecer o número da inscrição imobiliária. Em média são feitas 300 consultas ao PDM por mês.

> **ACESSO:** www.serra.org.br.



OPINIÃO ECONÔMICA

SAMUEL PESSÔA

Ajuste fraqueja

Há duas semanas foi anunciado plano de financiamento da Caixa Econômica Federal para a indústria automobilística, condicionado a que não haja dispensa de funcionários. Os recursos serão para linhas de capital de giro e investimento a taxas nominais de aproximadamente 10% anuais, praticamente a inflação deste ano. A medida terá pouco impacto prático, pois o problema da indústria automobilística é de baixa demanda doméstica.

Nos últimos anos foi adotada toda uma política de proteção, como o programa Inovar-Auto, que aumentou em 30 pontos percentuais o IPI para a importação de veículos das empresas que não montam no Brasil com 65% de conteúdo nacional.

O resultado da política de proteção foi gerar sobreinvestimento no setor: capacidade instalada de 5 milhões de unidades por ano para um mercado que dificilmente absorve mais do que 3 milhões.

Apesar de provavelmente inócuo, o plano de financiamento da Caixa vai frontalmente contra tudo o que o ministro Joaquim Levy disse desde que assumiu a Fazenda.

Há outros sinais de fraqueza do ministro. Além de se ter revisado para valores muito menores as metas de superávit primário, tem sido noticiado que diversos setores da base de sustentação do governo, inclusive a bancada do PMDB no Senado, não hipotecam apoio ao ministro.

Aparentemente ele não sabe negociar direito. Aparentemente não cumpre os acordos com o Congresso. Aparentemente o ministro acredita que os gastos precisam ser cortados.

Temos assistido à dificuldade da sociedade e do Congresso Nacional em reconhecer e pagar o custo necessário do ajuste, dados os enormes desequilíbrios que construímos meticulosa e sistematicamente entre 2009 e 2014, período de vigência da nova matriz econômica.

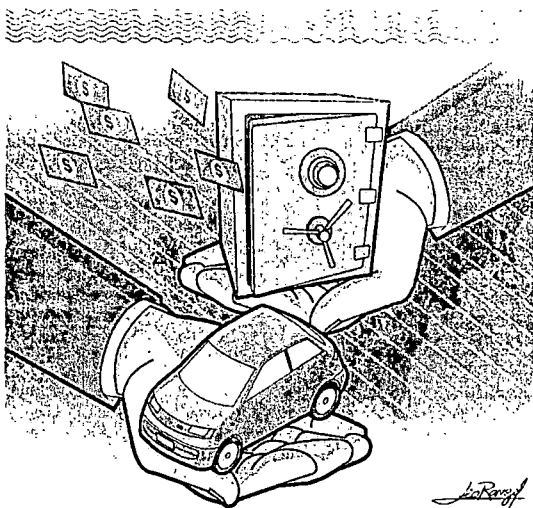
Surgem sinais de fratura do comprometimento da base de sustentação política com o ajuste econômico. Há outro caminho? O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, pede imediata redução da taxa Selic, apesar de a inflação de preços livres estar acima de 6% ao ano.

Colocamos novamente os bancos públicos subsidiando crédito ao setor produtivo.

O outro caminho é exatamente o que fizemos de 2009 a 2014 — e que nos colocou nesse buraco! Sempre que os ajustes são postergados, quando chega o futuro, ele é pior do que poderia ser.

ções sugerem algo muito acima de 100% ao ano.

É para lá que nós vamos? Sugestão de leitura: "Inflação, estagnação e ruptura, 1961-1967", capítulo 9, de Mário Mesquita, em "A ordem do progresso", a clássica coletânea de história econômica do Brasil organizada por Marcelo



Sempre que os ajustes são postergados, quando chega o futuro, ele é pior do que poderia ser

É sempre possível empurrar o futuro um pouco mais à frente. E, quando ele caprichosamente chegar de novo, será caprichosamente um pouco pior. De negação em negação, vamos construindo nosso inferno.

A inflação na Argentina passa dos 30% ao ano. Na Venezuela, o órgão oficial aparentemente desistiu de medi-la. Todas as avalia-

de Paiva Abreu, editado pela Campus.

Governo fraco herdou economia desarranjada do governo anterior. De negação em negação, deu no que deu.

SAMUEL PESSÔA é doutor em economia e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da FGV.

Publicação simultânea com a Folha de São Paulo

AMANHÃ, NESTA COLUMA, Marcia Dessert

Servidores vão receber R\$ 600 de salário

Os servidores públicos estaduais do Rio Grande do Sul receberão amanhã apenas R\$ 600 de salário. O governo não se pronunciou oficialmente, mas é o que mostra a previsão de

depósitos em extratos bancários dos funcionários. Para amanhã estão programados dois pagamentos, um de R\$ 500 e outro de R\$ 100.

A Secretaria Estadual da Fazenda

disse que só se pronunciará oficialmente amanhã. Está prevista uma entrevista coletiva, quando o governo irá explicar o cronograma de pagamentos.